

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL)

Instituição fundada no dia 20 de julho de 1897, após uma série de reuniões preparatórias realizadas na *Revista Brasileira* e em escritórios de futuros acadêmicos. Escolhidos na sessão inaugural os 40 membros fundadores e os patronos de suas respectivas cadeiras, Machado de Assis foi aclamado o primeiro presidente da instituição, e Joaquim Nabuco, secretário-geral.

Inspirados pelo modelo da Académie Française e com o incentivo do imperador dom Pedro II, alguns escritores brasileiros pugnaram, ainda no Império, pela criação de uma academia cuja função seria, a exemplo da congênere francesa, a cultura da língua e da literatura nacionais nas suas diversas manifestações. Embora desde longa data existissem no país sociedades literárias e agremiações de escritores – em 1875, havia na Corte uma Sociedade Brasileira de Ensaio Literários –, essas associações surgiam e desapareciam ao sabor das circunstâncias e nenhuma poderia se comparar à Académie, fundada em 1635 e pela qual passaram Montesquieu, Voltaire, D’Alambert, Victor Hugo e Anatole France.

Após a proclamação da República, na atmosfera literária do Rio de Janeiro da *Belle Époque*, a idéia de criação da Academia Brasileira ganhou fôlego. Originalmente, pretendia-se que a instituição tivesse caráter oficial, como órgão do Estado republicano. Afinal, a Académie tinha semelhante estatuto, criada que fora por Richelieu, durante o reinado de Luís XIII. O governo republicano, todavia, não se interessou pelo projeto, seja pelo fato de que o novo regime enfrentava dificuldades para se consolidar politicamente, seja por não julgar conveniente apoiar a criação de um órgão inspirado em um instituto fundado durante o apogeu do absolutismo, no qual figurariam monarquistas notórios, como Joaquim Nabuco e Afonso Celso.

Até 1905, quando foi instalada no edifício do Silogeu, a Academia Brasileira de Letras funcionou sem sede própria, realizando suas sessões na *Revista Brasileira*, em jantares, nas salas de aula do Ginásio Nacional ou no escritório de Rodrigo Otávio, ocupante da cadeira 35. Tudo parecia indicar que a academia teria vida efêmera, a exemplo de outras tantas

associações literárias que existiram no Rio de Janeiro – além do mais, a nova instituição causava antipatia em muitos literatos, que a julgavam fruto de um francofilismo elitista e afetado, sem cabimento num país de analfabetos e recém-saído de três séculos de escravidão. Tal era o sentimento de que breve seria a existência da instituição, que Joaquim Nabuco, de seu posto em Londres, apelou em carta a Machado: “Não deixe morrer a Academia”. Mas, ao contrário do que se poderia esperar, o prestígio social da casa cresceu, da mesma forma que o desejo de muitos literatos de obter assento em uma de suas 40 cadeiras.

Por outro lado, nesse tempo, não era fácil para um postulante o ingresso na academia. Além da exigência de que o candidato tivesse “publicado obras de reconhecido mérito ou, fora desses gêneros, livro de valor literário”, segundo o art. 2º dos Estatutos, cobrava-se do postulante vida minimamente regrada. Era preciso haver, também, consenso entre os acadêmicos de que um novo membro não viesse a se transformar num elemento desagregador do ambiente de cordialidade que se pretendia fosse o da academia. Assim, a nomes ligados ao jornalismo panfletário, autores de sátiras e insultos, de conduta desaforada, frequentadores assíduos de cafés e prostíbulos, ébrios notórios ou quem quer que já houvesse tripudiado sobre a imagem de qualquer acadêmico, vivo ou morto, a esses, fatalmente, a casa lhes fecharia as portas: como fechadas estiveram, por exemplo, para o poeta boêmio Emílio de Menezes.

Não se deve considerar, contudo, que a polêmica intelectual estivesse ausente do espaço em que se articulavam as relações entre acadêmicos e entre estes e os demais figurantes do mundo literário da *Belle Époque* carioca. Não convém esquecer que nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, o mundo das letras se estruturava também como espaço de ocorrência de cisões e conflitos, muitos dos quais incontornáveis. Para citar apenas dois daqueles embates entre acadêmicos, tornaram-se célebres o que opôs Rui Barbosa e Clóvis Beviláqua, a propósito da edição do Código Civil brasileiro, e o que se estabeleceu entre Sílvio Romero e José Veríssimo, por conta de questões que envolviam gosto literário.

Não se pense, também, que nos atos e cerimônias da academia não houvesse discussões

sobre temas políticos. Muitos acadêmicos, além de escritores, atuavam no jornalismo e na política, ocupavam cargos eletivos no parlamento ou posições importantes no Estado. Na virada do século, dois partidos, por assim dizer, dividiam os acadêmicos entre monarquistas e republicanos, e não foi raro que, ultrapassando os muros da instituição, os dois grupos se atacassem através da imprensa.

Também, a crítica social jamais deixou de ser feita em nome dos ideais não só de cordialidade e respeitabilidade, como de neutralidade política, pelos quais tanto lutara Machado. Quando veio à academia para a posse de Euclides da Cunha, em 1906, o presidente da República, Afonso Pena, foi obrigado a ouvir, em silêncio, severa crítica a seu governo, vinda de Sílvio Romero, que fora incumbido de proferir discurso de saudação ao autor de *Os sertões*. O escândalo foi inevitável.

Quanto mais visível socialmente se tornava a academia, maior a atenção era dada à escolha dos novos acadêmicos. A eleição de um novo membro começou a passar por uma espécie de crivo, momento em que todo o campo intelectual se alvoroçava, criticando ou enaltecendo a escolha de um novo acadêmico. Pode-se dizer que em algumas ocasiões a polêmica foi acirrada, dividindo opiniões dentro e fora da instituição. Entre os candidatos, encontravam-se iniciantes sem a devida consagração, personagens alheios às letras, políticos, militares, cientistas, clérigos, capitalistas – a vontade de ingressar na academia ultrapassava o mundo literário.

Entendeu-se assim que não apenas os literatos mereciam ter assento na academia, mas também quem houvesse contribuído significativamente em sua esfera de atuação. Era o critério dos expoentes, solução achada por Joaquim Nabuco, a exemplo do que ocorria na Académie Française, para contornar o mal-estar provocado pelo ingresso cada vez maior de personalidades alheias ao mundo literário – para citar apenas aqueles das primeiras décadas do século XX, Barão de Jaceguai, Dantas Barreto, Osvaldo Cruz, Lauro Müller (em sinal de repúdio à eleição deste último, José Veríssimo, defensor de um critério de escolha exclusivamente literário, renunciou ao cargo de secretário-geral, em 1912, e nunca mais voltou à academia).

Após a instalação no Silogeu, estabeleceu-se definitivamente o formato dos rituais e das cerimônias e se criou uma espécie de *modus vivendi* do acadêmico. Marcas da academia: as 40 cadeiras numeradas, o fardão verde, bordado a fio de ouro, o espadim e o capelo, utilizados nas sessões de posse ou nas ocasiões solenes, o epíteto de “imortal”, o processo de escolha dos novos membros, as reuniões secretas – símbolos destinados a criar uma fronteira intransponível entre o mundo dos 40 eleitos e os demais habitantes do campo literário.

Em 1917, A Academia Brasileira de Letras recebeu como legado a quantia de cinco contos de réis, deixados em testamento pelo editor Francisco Alves, falecido naquele ano, o que lhe permitiu aparelhar-se e elevar o polêmico *jeton*, pago aos acadêmicos pela participação nos eventos da casa. A soma deixada pelo livreiro, um admirador da academia, implicava uma condição: que a instituição organizasse concursos literários e viesse a incentivar o ensino primário no Brasil. Ainda naquele mesmo ano, e graças à generosidade do livreiro, iniciou-se, sob a presidência de Afrânio Peixoto, a publicação de uma coleção de clássicos da literatura nacional não mais editados e já fora de catálogo.

Em 1923, a instituição mudou-se para a sede definitiva, o edifício ocupado pela delegação francesa na Exposição Universal de 1922, uma cópia do Petit Trianon de Versalhes. A partir de então, consolidada como instituição ligada à alta cultura e à defesa da língua portuguesa, a academia esforçou-se por manter sua expressão social, os formatos de seus rituais internos e os critérios para ingresso de novos membros.

E foi a perspectiva de se manter fiel às suas tradições – todas inventadas não mais de duas décadas antes – que indispsôs a academia com os principais nomes do movimento modernista, os quais, liderados por Graça Aranha, passaram a atacar o lugar ocupado pela instituição no campo da cultura nacional. Os modernistas criticavam a academia naquilo que constituía sua própria razão de ser: o academicismo, tido como arcaico e universalista, distante do modelo de literatura genuinamente nacional que tentavam atingir. Foi esse o sentimento que animou o afastamento de Graça Aranha quando, em carta a Afrânio Peixoto, declarou que a “Academia quer persistir na posição eclética e antiquada, nefasta à

literatura brasileira. Recusa-se a tornar-se um organismo útil e ativo, um fator do moderno sentimento nacional”, completando, não sem certa dose de ressentimento: “a Academia morreu para mim”. Curiosamente, a partir de meados dos anos 1930, os modernistas, que lhe criticaram o papel desempenhado no campo literário e os rituais, passaram a demonstrar interesse em ocupar uma de suas cadeiras: Cassiano Ricardo, Manuel Bandeira e Menotti del Picchia tiveram êxito, Oswald de Andrade concorreu a uma vaga mas não foi eleito, e Monteiro Lobato e Sérgio Buarque de Holanda, candidatos, desistiram à última hora.

Em 1941, em pleno Estado Novo, o presidente Getúlio Vargas foi eleito para suceder a Alcântara Machado (outro modernista) na cadeira 37. A escolha do ditador deu ensejo a uma das mais acirradas controvérsias da academia, uma vez que Getúlio jamais havia publicado um livro. Organizando-se as coletâneas de discursos e pronunciamentos do presidente em volume intitulado *A nova política do Brasil*, Vargas pôde ser eleito, com a significativa soma de 33 votos, e tomar posse em 1943. Era o critério dos expoentes levado às últimas consequências.

Nas décadas seguintes, o conteúdo da maior parte das polêmicas que agitaram a academia permaneceu, até certo ponto, inalterado: a representatividade de seus membros no domínio das letras, os critérios de escolha e o papel dos expoentes e não-literatos, as tradições e práticas rituais, a estreita ligação com a política, em oposição ao que Machado preconizara como objetivo em seu discurso inaugural, no sentido de “conservar, no meio da federação política, a unidade literária”. Decerto que os rumos tomados pela instituição pareceram jamais levar em consideração a tese machadiana, segundo a qual convinha, para a própria sobrevivência da casa, manter a academia distante do turbulento mundo da política.

O tempo mostrou ser equivocada a tese do autor de *Esau e Jacó*. Tanto mais próxima dos políticos, capitalistas, homens de Estado, na medida em que reservava parte de suas cadeiras para os expoentes, mais sólida se tornava a instituição, ainda que o preço a ser pago fosse a falta de representatividade no campo literário. Para os críticos da academia, não havia justificativas: escritores como Lima Barreto, Domingos Olímpio, Jorge de Lima, Graciliano Ramos, Sergio Buarque de Holanda, haviam sido preteridos por figuras

completamente estranhas ao mundo das letras.

Eduardo Junqueira

FONTES

ARANHA, G. *Correspondência*; BROCA, B. *Vida; Discursos acadêmicos* (t.1, v.1-4); PIZA, D. *Academia*; SCANTIMBURGO, J. *Paciente*.